

RETROSPECTIVA

SAVILLE-TROIKE, Muriel. *The ethnography of communication: an introduction*. Oxford: Blackwell, 2ª edição, 1989.

por Maria Célia Lima-Hernandes (USP)

1. Introdução

A segunda edição de *The ethnography of communication* foi impulsionada por uma série de contribuições e críticas enviadas por pesquisadores, as quais foram colecionadas pela autora desde a primeira publicação (1982). Em razão disso, a segunda edição foi enriquecida com novas citações oriundas da atualização bibliográfica, com análises de base comparativa dos padrões comunicativos nas línguas em geral e também com anotações feitas durante a experiência docente contínua sobre a matéria.

Conforme explicita P. Trudgill, editor da coleção *Language in Society*, na apresentação do livro, a despeito de todo o mérito contudista do livro, sobressai-se o prazer da leitura, provocado pela maneira como a autora expõe o tema.

Por ser um livro inserido numa coleção dedicada aos estudos sociolingüísticos, não é inesperada a ênfase a questões amplamente discutidas nos domínios da Sociolingüística, embora não estritamente.

É, em suma, um livro de interesse comum a pesquisadores de várias áreas, tais como Lingüística, Antropologia, Psicolingüística, Sociolingüística, pois a autora propõe estabelecer uma correlação entre os métodos e objetos de estudo de várias dessas disciplinas.

Uma idéia percorre firmemente todos os capítulos do livro: a necessidade de se fazer uso de uma visão mais holística para que se leve a termo um estudo no campo da etnografia da comunicação (EC).

A obra apresenta-se dividida em sete capítulos: Introdução; Termos básicos, conceitos e questões; Variedades de linguagem; Análise de eventos comunicativos; Atitudes em torno do desempenho comunicativo; Aquisição da competência comunicativa; e Direções e aplicações.

2. Situando a etnografia da comunicação

No primeiro capítulo, a autora costura informações básicas e imprescindíveis a qualquer pesquisador que tenha interesse na língua dentro do seu contexto de uso. Inicialmente, traça a necessária delimitação entre a Etnografia e a Lingüística, salientando a diferença básica entre esses dois campos de pesquisa: enquanto o primeiro campo de pesquisa descreve e analisa a cultura, o segundo descreve e analisa os códigos da linguagem. Ainda que teoricamente apresentem focos distintos, a interface, representada pela etnografia da fala (Hymes¹ 1962), focaliza padrões de comportamento comunicativo e seu funcionamento num contexto holístico.

A EC é situada por Saville-Troike como uma disciplina emergente², cujo objetivo é relatar o papel do comportamento comunicativo na condução da vida social, tanto numa perspectiva particular (descrição e compreensão do comportamento comunicativo num cenário cultural específico) quanto geral (formulação de conceitos e teorias para construir uma teoria global da comunicação humana).

O escopo da EC é, sem dúvida, a *competência comunicativa*³, alçada a partir das perguntas básicas: a) o que faz um falante precisar saber comunicar-se apropriadamente numa comunidade de fala específica? b) como o falante aprende a se comunicar? Essas respostas devem ser formuladas por meio da observação de uma comunidade de fala, foco desse campo de estudo.

A autora indica o caminho das pedras (método) para quem pretende se aventurar num trabalho etnográfico. Em primeiro lugar, é imprescindível o contato com a comunidade observada; assim, a premência do trabalho de campo justifica-se nas seguintes tarefas: observar as categorias e modos de pensamento e comportamento,

¹ Hymes é defensor ferrenho de que a língua não pode ser separada do como e do porquê é usada, pois ela é antes de mais nada uma forma situada cultural e socialmente: (Hymes 1962, apud Saville-Troike, p.3). Contrapõe-se à descrição puramente lingüística, a qual, segundo ele, “corre o risco de reduzir-se à trivialidade de negar qualquer possibilidade de entender como a língua vive na mente e na fala de seus usuários”.

² Os precursores da etnografia da comunicação são Dell Hymes, Joel Sherzer, Regna Darnell (1967) dentre outros. Vários pesquisadores contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento desse campo de estudo (John Gumperz, Dan Slobim, Richard Bauman, Susan Philips, Susan Ervin-Tripp, Shirley Brice Heath e Ben Blount).

³ Competência comunicativa assume um sentido mais lato do que aquele preconizado por Chomsky (1965), uma vez que inclui regras para a comunicação, regras compartilhadas de interação e regras culturais, apresentadas no capítulo 2 (p.24). Saville-Troike discute, com propriedade, a aquisição da competência comunicativa no capítulo 6 (p.220-64) dessa mesma obra.

perguntar, participar de atividades grupais, testar a validade de suas percepções em contraste com intuições de nativos.

Saville-Troike aponta o grande problema enfrentado pelo etnógrafo: subjetividade. Devido à tradição de participante-observador, o pesquisador muitas vezes fica à mercê de convenções e costumes próprios, dos quais deve despir-se como primeira medida. E, ainda que não se possa eliminar por completo a subjetividade⁴, a orientação metodológica pode minimizá-la.

Delimitado o campo de atuação da EC, a autora refaz o trajeto histórico dos estudos etnográficos, os quais ocupam lugar central na antropologia desde sua criação tanto na Inglaterra (A.R.Radcliffe-Brown; Bronislaw Malinowski) quanto na América do Norte (Franz Boas; Alfred Kroeber). Conta que, antes mesmo de Boas, o Bureau of American Ethnology (BAE) priorizou a descrição de línguas nativas americanas e constituiu um *corpus* que foi muito pouco explorado pelos lingüistas, uma vez que se detiveram na estrutura lingüística, especialmente dos sons, sem estabelecer quaisquer correlações culturais (Powell⁵, 1880).

A autora dá notícias de alguns estudos em que essas correlações foram bem-sucedidas. Alguns sobre o comportamento comunicativo de indígenas (J.B.White⁶, Basso, Jenness, Sapir) e outros sobre a aquisição de língua pelos ameríndios (Floyd, Lounsbury, Mary Haas, Carl Voegelin, Paul Friedrich, Dell Hymes).

Em meados do século XX, com o advento da reformulação do conceito de 'cultura' por Goodenough e com o desencantamento com o *behaviorismo*, houve o declínio da etnografia. Cultura assume, então, o sentido de tudo o que indivíduo precisa saber para ser membro funcional de determinada comunidade. A partir daí, o comportamento observado é reconhecido como manifestação de um conjunto mais complexo de códigos e regras. Em conseqüência, a tarefa do etnógrafo passa a ser descobrir e explicar as regras para um comportamento apropriado numa comunidade ou grupo.

Esses avanços abriram espaços para as orientações interativista e cognitivista na sociologia (Goffman 1974, Cicourel 1974), cujos focos de atenção giram em torno dos

⁴ Larga discussão sobre procedimentos de investigação, tais como coleta de dados, adequação de método e atitudes do investigador em relação à comunidade de fala estudada, é apresentada no capítulo 4 (pp.107-79) do livro.

⁵ Para Powell (1880), a língua é melhor entendida quando hábitos, costumes, instituições e filosofia são melhor conhecidos (In: Introduction to the Study of Indian Languages, apud Saville-Troike, p.5).

⁶ Segundo Saville-Troike (p.6), White era físico de formação e foi precursor dessa tradição de aliar descrições sociolingüísticas a aspectos antropológicos.

processos pelos quais os membros de uma comunidade negociam relações, resultados, sentidos e constroem novas realidades e sentidos.

Tal interesse por lingüística e sociologia gerou descrições da língua em seu contexto social (como fez Halliday, da Escola Britânica) e fomentou discussões sobre a autonomia da lingüística e a existência do falante-ouvinte ideal⁷. Todos os que se opunham a essa pretensa homogeneidade identificavam-se como sociolingüistas.

Feita a revisão histórica, Saviile-Troike passa a explanar sobre a significância da EC, inicialmente negando que equivalha à mera catalogação de fatos sobre comportamento comunicativo. Enfatiza que tão limitados serão os resultados de um estudo etnográfico quão isolado estiver o método descritivo e analítico. Em outras palavras, a visão holística é desejável no campo da EC e pode ser alcançada em interfaces, por exemplo, com as áreas da antropologia, da psicolingüística, da sociolingüística, da lingüística aplicada e da lingüística teórica.

No segundo capítulo - *Termos básicos, conceitos e questões*, Saviile-Troike discute as principais preocupações⁸ da EC.

Uma vez que em grande escala o comportamento lingüístico é governado por regras que o padronizam, a primeira grande questão refere-se aos *padrões de comunicação*⁹. Sociolingüistas previamente demonstraram que irregularidades ou variação livre no comportamento lingüístico poderiam revelar padrões estatísticos predizíveis e regulares (Labov 1963, Bailey 1976, Trudgill 1974), contudo restringiram essa observação nos módulos fônicos (pronúncia) e gramatical. Os etnógrafos da comunicação têm buscado descobrir, por sua vez, regularidades no uso da linguagem, observando unidades comunicativas, correlacionadas a aspectos da cultura. Alguns são os exemplos de comportamentos padronizados em várias comunidades: cumprimentos, seqüências não-marcadas em várias culturas e até mesmo, como mostrou Schegloff (1968), a comunicação derivada de chamadas telefônicas.

⁷ Refere-se ao formalismo, modelo teórico dominante da década de 60, o qual defende a existência do 'falante ouvinte ideal numa comunidade de fala completamente homogênea' (Chomsky 1965). Nessa acepção, procurava-se dar conta do que podia ou não ser dito numa determinada língua, excluindo questões contextuais como: quando, onde, por quem, de que modo, em que circunstâncias é dito.

⁸ As preocupações citadas referem-se àqueles aspectos definidos por Hymes e recorrentes na maioria dos trabalhos desse campo de pesquisa: padrões e funções de comunicação, natureza e definição de comunidade de fala, significados de comunicar, componentes da competência comunicativa, relações de língua com visão de mundo e organização social, universais e desigualdades sociais e lingüísticas.

⁹ Padrões de comunicação também constituíam uma preocupação básica da antropologia, contudo, devido à ênfase mais recente nos processos de interação ao gerar padrões de comportamento, expandiu-se essa preocupação para a explanação assim como para a descrição desses processos.

Na verdade, os padrões ocorrem em todos os níveis de comunicação (individual, grupal, social), como mostrado por Hymes (1961). Ainda que sejam listados separadamente, há uma teia de inter-relações que faz com que atuem de forma sobreposta nas várias situações de fala.

No nível individual, estariam fatores emocionais e a expressão/interpretação da personalidade. A ilustração mais clara, dentre outras apresentadas, fica por conta das expressões convencionais de emoção individual, como o volume aumentado da voz, significando raiva (no inglês) e as expressões de dor em inglês, japonês e navajo. No nível grupal, as comunicações padronizam-se em termos de funções, categorias de conversa, atitudes e concepções sobre língua e falante. Nesse âmbito estariam todas as pressões relativas aos papéis dos grupos na sociedade (sexo, idade, status, ocupação). Por fim, no nível social, as padronizações seriam ditadas pelas variáveis grau de instrução, local de residência (urbano/rural) e região geográfica de proveniência.

A autora faz uma aproximação entre as funções da linguagem (Jakobson) e os atos ilocucionários (Searle 1977). O saldo dessa comparação é a constatação da exclusão, pelos últimos, dos usos metafóricos e fáticos, foco de interesse dos etnógrafos. Posteriormente, defende a relevância da noção de relatividade funcional (Hymes 1972) para a EC e que essa pode ser apreendida em parte na distinção de Ervin-Tripp (1972) entre intenção e efeito.

O objetivo das funções da linguagem, ressalta a autora, é caracterizar e organizar os processos comunicativos numa sociedade. Assim, ainda que as funções sejam universais, os modos pelos quais a comunicação opera são específicos de cada comunidade. Isso equivale a dizer que, sem entender por que é usada a língua, não se pode entender seu sentido no contexto de interação social. Logo, não se pode sobrepor a forma à função, pois a integração de ambos favorece tanto a descrição quanto a análise.

Saville-Troike mostra a diversidade de critérios para a definição e delimitação de *comunidade de fala*: uso lingüístico compartilhado (Lyons 1970); frequência de interação pelo grupo (Bloomfield 1933, Hockett 1958, Gumperz 1962); regras compartilhadas de fala e interpretação do desempenho da fala (Hymes 1972); atitudes compartilhadas e valores, considerando forma/uso da língua (Labov 1972); e compreensão sociocultural e pressuposição quanto à fala (Sherzer 1975). Não há, portanto, consenso sobre o que seja comunidade de fala, mas todos concordam que não pode ser equivalente ao grupo de pessoas que fala a mesma língua.

Na verdade, a definição de comunidade fica dependente do grau de abstração e dos objetivos do pesquisador. Essas variáveis geram critérios diferentes, pois “unidades sociais podem ser selecionadas em níveis diferentes” (p.18). Pode-se também definir comunidade de fala segundo as perspectivas lingüística e não-lingüística, contudo padrões de uso da língua não definem sozinhos uma comunidade a ser investigada, porque, em qualquer nível de comunidade de fala selecionada para estudo, as funções sociais da linguagem incluirão funções limite de separação, unificação e estratificação.

Conclui a discussão afirmando que a circularidade dos critérios nem sempre pode ser evitada, mas alguns fatores são preponderantes para se delimitar um modo comum de comunicação: ter cultura compartilhada, ter nome nativo com o qual membros se identificam, ter uma rede social para contato, e ter folclore ou história comum. A noção de comunidade de fala para os etnógrafos agrega, portanto, os modos de organização dos padrões de comunicação.

A *competência comunicativa* é outra preocupação dos etnógrafos da comunicação e Saville-Troike inicia a apresentação trazendo à tona a noção chomskyana de competência¹⁰, restrita se comparada àquela adotada pela EC. Aquela perspectiva não oferece abrigo às diferenças culturais, que asseguram que essa competência assumirá diversas dimensões de língua para língua. Como ilustração, apresenta o comportamento diferenciado de três comunidades em relação à tomada de turno: num grupo de índios americanos, é praxe alguns minutos de silêncio antes de responder ou assumir o seu turno; os ingleses adotam outras regras para tomada de turno e o silêncio pode ser constrangedor; e, nas conversações negras, é admitida a sobreposição contínua, violação de regras de interação para a classe média branca (Abrahams 1973).

Assim, o conceito de competência comunicativa deve ser encaixado na noção de competência cultural, ou seja, no conjunto total de conhecimentos ou estratégias utilizados pelo falante numa dada situação porque todos os aspectos da cultura são relevantes, mas alguns são mais atrelados a formas e processos comunicativos. A interação, por exemplo, requer vários fatores: percepção, seleção, interpretação de fatores salientes do código usado em situações reais; a integração desses com o conhecimento de cultura e de estratégias tendo em vista os objetivos fará com que a interação seja eficiente.

¹⁰ A noção de competência chomskyana refere-se à capacidade de produzir qualquer ou toda sentença gramatical de uma língua, ao passo que, para os etnógrafos, competência envolve saber não só o código lingüístico, mas também o dizer para quem, e como dizer algo apropriadamente numa dada situação (Chomsky 1965).

Troike (1970) distingue entre dimensões produtivas e receptivas da competência. Embora pareçam igualmente importantes em se tratando de competência, Saville-Troike afirma que somente a receptiva é suficiente para que a comunicação obtenha sucesso.

Ao final da seção sobre competência, a autora apresenta o inventário dos fenômenos lingüísticos, interacionais e culturais dos quais uma descrição e explanação no campo da EC deve dar conta. Assim, da perspectiva do etnógrafo da comunicação, os componentes da comunicação para os quais deve voltar-se numa descrição são: a) Conhecimento lingüístico (elementos verbais e não-verbais; padrões de elementos em eventos de fala; conjunto de possíveis variantes; sentido das variantes em situações particulares); b) Estratégias de Interação (percepção de fatores salientes em situações comunicativas; seleção e interpretação de formas apropriadas para situações, papéis, e relações; organização do discurso e processos; normas de interação e interpretação; estratégias para atingir objetivos); e c) Conhecimento cultural (estrutura social; valores e atitudes; esquemas cognitivos; processos de aculturação).

Aqui, como em todos os momentos da pesquisa etnográfica, o pesquisador deve banir qualquer julgamento pessoal sobre o que seja a competência, pois é um enquadramento variável que depende da cultura, conforme assegura Saville-Troike. Ademais, não se pode analisar a competência individual comparativamente a uma comunidade de fala presumivelmente ideal. Esse equívoco gera discriminação decorrente de educação desigual.

No tópico seguinte, *competência da incompetência*, a autora assevera que a incompetência comunicativa pode ser interpretada diferentemente em comunidades diversas. Em algumas comunidades (Burundi, Wolof), a incorreção em certos aspectos da fala é sinônimo de comportamento comunicativo apropriado. Na comunidade de atores, a incompetência é plenamente funcional em alguns papéis interpretados; em grupos cristãos carismáticos, a desarticulação da fala é interpretada como evidência de inspiração divina, prova de que o falante não está agindo conscientemente. Também discute casos de aquisição de língua estrangeira: falar imperfeitamente uma língua estrangeira pode tornar desculpável a transgressão de regras de etiqueta.

As *unidades de análise* são unidades discretas, portanto com limites reconhecidos. Nesse sentido, Hymes (1972) aponta três unidades: situação, evento e ato. A *situação* é o contexto dentro do qual ocorre a comunicação. O *evento* comunicativo é definido por um conjunto unificado de componentes, ou seja, deve começar com os mesmos objetivos da comunicação, o mesmo tema geral, envolvendo os mesmos

participantes, geralmente usando a mesma variedade lingüística, mantendo a mesma entonação e as mesmas regras de interação, no mesmo conjunto. O *ato* comunicativo é qualquer seqüência comunicativa, não se restringindo somente a seqüências lingüísticas, pois até mesmo o silêncio pode ser um ato comunicativo convencional e intencional (Saville-Troike 1985). Portanto, o que é considerado ato comunicativo é variável em diferentes comunidades, porque o comportamento comunicativo é variável.

Uma vez que compete ao etnógrafo a tarefa de segmentar as unidades de análise, ordená-las e, então, descrevê-las, o ponto de partida deve ser a identificação das categorias dos grupos que as incluem. *Categorias de fala* têm, em cada língua, distribuição funcional diferente e muitas estão limitadas a uma situação particular ou envolvem condicionamentos para quem as fala. Em virtude disso, sua descrição é interessante para que se distingam uns fenômenos lingüísticos dos outros, porque essas categorias podem providenciar pistas de como outras dimensões da sociedade são segmentadas e organizadas.

Resolvidos os impasses mais específicos que rondam o campo da EC, a autora passa a tratar de macro-questões que permeiam todas aquelas noções tratadas. A primeira delas é a assunção das relações intrínsecas extremamente reconhecidas entre *língua e cultura*, pois que há correlações entre forma e conteúdo da língua e as crenças, valores e necessidades presentes na cultura de seus falantes.

Essa inter-relação de padrões em vários aspectos da cultura é penetrante e pode ser chamada de *tema*, que equivale à organização central dos princípios que controlam o comportamento. Exemplifica com alguns deles: tema da superioridade masculina na comunidade Apache (Opler 1941); o tema anti-sexo na cultura dos Manus da Nova Guiné (Mead, 1930); indiretividade dos asiáticos em resposta à oferta de alimentos, opondo-se à diretividade dos britânicos e americanos na mesma situação; e indiretividade dos índios do Panamá por meio de usos metafóricos (Sherzer 1974, 1983).

A correlação entre *comunicação e estrutura social*, segundo Saville-Troike, gerou algumas crenças. Da primeira partilham os norte-americanos que atribuem a parcial responsabilidade pelas desigualdades no sistema social da língua aos marcadores lingüísticos. Os que aí se inserem acreditam que, mudando a língua, será possível eliminar tais desigualdades. Da segunda partilham britânicos e norte-americanos que defendem que o ensino do ‘bom’ inglês automaticamente apagará os limites das classes e o preconceito.

Para refutar tais crenças, a autora apresenta casos em que mudanças em categorias na estrutura social de um povo podem provocar mudanças nos padrões comunicativos (Brown & Gilman 1960; Fang & Heng 1983; Paulston 1976): mudança de ideologia em Cuba, alterando comportamento lingüístico; proibição de forma de cumprimento na Bavária durante o governo de Hitler; uso de 'camarada' na China e Taiwan durante a Revolução Cultural. Em todos esses estudos, mudanças nas formas de tratamento serviram à simbolização do nivelamento de classes. Outros casos relatados, tais como morar junto sem casar e relações homossexuais, são também acompanhados por mudança lingüística.

A questão da manipulação também é tratada por Saville-Troike, quando afirma que a língua presta-se mais obviamente ao controle social, e as situações mais susceptíveis a esse controle social, certifica a autora, são aquelas que incluem rotinas e rituais. Para ela, o cumprimento, por exemplo, é uma forma de manutenção e manipulação das relações sociais. Dessa forma, o não-domínio dessas regras culturais pode gerar sanções aos falantes.

Um trabalho discutido pela autora é Bloch (1974), que defende, ao tratar da linguagem na política, que as intenções dos falantes podem ser inferidas pela maneira e tipo de implicações utilizadas. É também desse autor a associação do grau de formalidade aos graus de controle social.

A fim de conferir maior consistência à tese de que sociedades com mais rituais têm menos liberdade, portanto maior controle direto, a autora lança mão do estudo de Douglas (1970) que contrastou a falta de rituais entre o pigmeus Ituri da África (cf. Turnbull 1961) e os nômades da Pérsia (cf. Barth 1964) com a atividade ritual entre os Navajos.

O trabalho de Bernstein (1971) também é incluído como referência para discutir o controle social da língua relacionado aos códigos restrito/elaborado. O código restrito seria mais apropriado à situação ritualizada onde o contexto é altamente codificado, papéis são rigidamente delineados, sentidos são locais e particulares, com um pequeno conjunto de alternativas formais. O código elaborado, por sua vez, é apropriado a um contexto menos estruturado em que sentidos devem ser mais explicitados, e falantes têm um mais amplo conjunto de escolhas.

Os rituais, conforme frisa a autora, são delimitadores de mudanças no status social (ritos de puberdade, casamento, funeral, cerimônias de graduação), cuja simbologia somente pode ser decifrada no contexto do próprio ritual, pois seu sentido é

dependente das crenças e valores compartilhados na comunidade de fala, portanto no contexto sociocultural. Todo ritual é constituído de rotinas, que são ocorrências fixas ou seqüências de ocorrências que equivalem a apenas uma unidade de análise. O sentido da rotina é apurado na unidade como um todo e sua compreensão é dependente do lastro cultural compartilhado, uma vez que invariavelmente tem natureza metafórica, portanto não admitindo interpretação literal. Tanto para o ritual quanto para as rotinas que o compõem, o valor de verdade é irrelevante.

Tendo em vista que o uso ritual da linguagem codifica crenças culturais e reflete a organização social da comunidade, os etnógrafos despertaram interesse nessa direção. Saville-Troike, em consonância com Bloch (1976), contudo, defende que observar as diferenças nos sistemas de classificação que ligam sistemas cognitivos à estrutura social (cf. Levi-Strauss, Geerts e Douglas) não é suficiente; há que se complementar com a busca dos critérios universais para classificação (cf. Berlin e Kay). Essa dualidade - generalização a partir das similaridades e restrição a partir das diferenças - é comum também no campo lingüístico em que o modelo chomskyano, buscando os universais lingüísticos, convive com sua contraparte, que descreve usos restritos de comunidades particulares.

Na seqüência, a autora lança por terra a aparente universalidade da máxima da informatividade (Grice, 1975), haja vista o comportamento dos falantes da Malagasy ou da comunidade Kaingáng no Brasil. De qualquer modo, considera que os graus de informatividade são contribuições importantes para a compreensão de modelos conversacionais em comunidades particulares.

Conclui o segundo capítulo afirmando que nem todas as línguas são igualmente capazes de servir às mesmas funções numa sociedade, crença de lingüistas formalistas, pois há desigualdade entre as línguas e tal desigualdade também pode ser identificada quanto aos graus diversos de competência dos falantes em diversas línguas. Esses fatos são interessantes aos etnógrafos que se preocupam com a obsolescência, perdas de modos de falar, mas também com a manutenção e desenvolvimento das línguas.

3. Indicação de leitura

Como se pode notar, a contribuição de Saville-Troike traduz-se numa obra fundamental para se tomar contato com conceitos básicos da etnografia da comunicação e também com a trajetória histórica desse campo 'emergente'. É um manual revelador

das várias instâncias em que as inter-relações entre língua e cultura podem atuar e, além de inspirar novos trabalhos, fornece subsídios àqueles pesquisadores que desejam enveredar-se pelos terrenos das correlações socioculturais.

Não se pode esquecer também de que, com essa segunda edição, a autora homenageia o pai da etnografia da comunicação, Dell Hymes, para quem “os estilos, os falares, as formas de comunicação em um sentido mais geral - tudo isso representa basicamente o verdadeiro objeto de análise no estudo social da linguagem, tanto na história como no campo” (1993:441).

A bibliografia é relativamente extensa. Há, além do mais, referência a trabalhos de suma importância para a construção da área, dentre outros, Ervin-Tripp, Hymes e Schegloff. É óbvio que, tendo em vista a data de sua publicação, muitos estudos ainda precisariam ser incorporados, uma vez que, de 1989 para 2006, os pesquisadores cada vez mais têm trabalhado em busca do desvendamento dos padrões de comunicação em várias comunidades de fala, em especial urbanas, como Schegloff (1997), Shuy (1997) e Trudgill (1996) e mesmo em grupos étnicos, como Gumperz (1997), só para citar alguns.

Um aspecto de suma importância e bastante recorrente durante todo o texto é a questão da competência comunicativa, crucial para a EC. No capítulo 2, a autora põe em cheque a metodologia adotada em muitos cursos de língua estrangeira que focalizam a aquisição na competência produtiva do aprendiz, quando deveriam basear-se na competência receptiva, de suprema relevância para o estabelecimento da comunicação.

Os vários trabalhos apresentados e as assunções feitas também trazem grandes problemas para algumas disciplinas, tais como Lingüística, numa corrente formalista, e também a semântica, as quais pressupõem a autonomia da língua.

No capítulo 1, ao tratar da significância da EC, Saville-Troike situa esse campo de estudo como auxiliar das demais disciplinas com que mantém interface e afirma que a limitação dos resultados de um estudo etnográfico depende em grande escala das interfaces promovidas. Assim, dependente da agregação teórico-metodológica de outras áreas, a EC não se apresenta com fronteiras demarcadas, mas não pode se enquadrar num panorama autônomo da linguagem, que só pode assumir relevância num amplo contexto sociocultural.

Ressalte-se, acima de tudo, a seriedade com que constituiu sua obra, refletida principalmente na compilação dos vários estudos, que torna *Ethnography of*

communication leitura obrigatória para aqueles que se interessam não só pela abordagem interdisciplinar, mas também pela linguagem em sua dimensão mais plena.

Domínios de Linguagem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELL HYMES (1993) “Prefácio”. In: Burke, P. & R. Porter (orgs) *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp.
- GUMPERZ (1997) “On the interactional bases of speech membership community”. In: GUY, G., C. Feagin, D. Schiffrin, J. Baugh (eds.) *Towards a social science of language. V.2: Social interactional and discourse structures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- SCHEGLOFF (1997) “Third turn repair”. In: Guy, G., C. Feagin, D. Schiffrin, J. Baugh (eds.) *Towards a social science of language. V.2: Social interactional and discourse structures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- SHUY (1997) “Discourse clues to coded language in an impeachment hearing”. In: GUY, G., C. Feagin, D. Schiffrin, J. Baugh (eds.) *Towards a social science of language. V.2: Social interactional and discourse structures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- TRUDGILL (1996) “Dialect Typology: isolation, social network and phonological structure”. In: Guy, G. , C.Feagin, D.Schiffrin & J.Baugh (eds.) *Towards a social science of language. Papers in Honor of William Labov. V.1: Variation and change in language and society*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.